



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**PARECER EM 1º TURNO ACERCA DO PROJETO DE LEI Nº 54/2021**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

## **VOTO DO RELATOR**

### **RELATÓRIO**

Foi apresentado a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Vereador Nikolas Ferreira, que “Garante aos estudantes do Município de Belo Horizonte o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona”.

O projeto tramitou na Comissão de Legislação e Justiça, recebendo parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade com apresentação de emendas. Em seguida, tramitou pelas Comissões de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo e Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, recebendo em ambas parecer pela aprovação.

Seguido regular tramitação, a proposição vem à esta Comissão e foi designada como relatora a nobre Vereadora Iza Lourença cujo parecer opinava pela rejeição, mas foi rejeitado pelos demais membros desta Comissão, na última reunião em 11 de agosto de 2021. Na ocasião, fui designado como relator para emitir novo parecer nos termos regimentais (art. 52, II, “j”, do RI).

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 54/2021 proíbe a denominada “linguagem neutra” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas da Educação Básica e do Ensino Superior, assim como em editais de concursos públicos de modo a garantir aos estudantes do Município de Belo Horizonte o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Em suma, o autor do Projeto justifica sua iniciativa sob a seguinte argumentação:

“O direito a uma educação de qualidade é um dever do Estado, disposto no texto da Constituição Federal e irradiado por todo o ordenamento jurídico pátrio, conforme artigo 205 da CF/88. Na referida norma constitucional, inclusive, é previsto que a Educação deve qualificar o indivíduo para "(...) seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.", de maneira que qualquer medida que atente ao direito do cidadão belo-horizontino, sobretudo, dos estudantes, em obter uma educação que o qualifique para os desafios profissionais deve ser rechaçado, sob pena de prejudicar, frontalmente, o desenvolvimento social da população brasileira, como um todo.” (fl. 3, sic).

Dito isso, a análise desta Comissão temática é restrita aos aspectos regimentais previstos na alínea “j” do art. 52 do Regimento Interno, que trata da prestação de serviços públicos em geral e seu regime jurídico.

É competência do Município a prestação de serviços públicos de interesse local, especialmente a educação. Tal prestação deve buscar a satisfação do interesse público e se pautar nos princípios que norteiam a atividade desempenhada pela Administração Pública, consoante art. 37 da Constituição Federal.

Atrelado as normas constitucionais, o serviço educacional é norteado pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que prevê ser atribuição municipal organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, bem como baixar normas complementares para o seu sistema de ensino. O sistema municipal de ensino deverá atender aos anseios da comunidade local, e, para tanto, é competente para elaboração de normas suplementares as estaduais e nacionais, como é o caso da proposição legislativa em



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

análise. Nesse sentido, seguem os arts. 11 e 26 da lei de diretrizes e bases da educação nacional, mencionada acima:

“Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

[...]

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.[...]”

O Projeto de Lei 54/2021 externaliza uma preocupação dos belorizontinos com o ensino básico de qualidade, que busque o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita, o que perpassa pelo ensino qualitativo da Língua Portuguesa.

Por todo o exposto, conclui-se que a proposição atende aos interesses da coletividade e aos requisitos formais que norteiam a prestação dos serviços públicos locais, temáticas abarcadas por esta Comissão, com fulcro no art. 52, inciso II, alínea “j”, do Regimento Interno desta Casa.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela **aprovação do Projeto de Lei nº 54/2021**.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2021.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'F' and 'L' followed by a horizontal line.

**Vereador Fernando Luiz**

**Relator**



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região

Chefia de Gabinete do Procurador-Chefe

Rua Bernardo Guimarães, 1615 - Funcionários - Belo Horizonte/MG - CEP 30140-082

Tel. (31) 3304-6200 - [www.prt3.mpt.mp.br](http://www.prt3.mpt.mp.br) - [prt03.chefegab@mpt.mp.br](mailto:prt03.chefegab@mpt.mp.br)

2021 - Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

**#Chega  
de  
Trabalho  
Infantil**

**OFÍCIO Nº 502/2021/GAB/PRT3/MPT**

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2021.

À sua Excelência a Senhora

Nely Aquino

Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Belo Horizonte/MG

**Assunto: resposta ao ofício Dirleg nº 2.184/21**

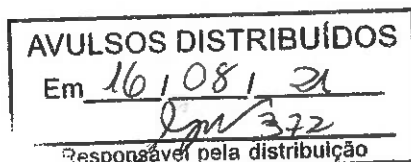
Senhora Presidente,

Em resposta ao ofício Dirleg nº 2.184/21, encaminho o despacho nº 190439.2021, exarado pela Dra. Elaine Noronha Nassif, Procuradora do Trabalho titular do PAJ 16.2000.03.000/3, contendo esclarecimentos acerca do pedido formulado.

Atenciosamente,

**ARLÉLIO DE CARVALHO LAGE**

Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região



Protocolizado conforme  
Portaria nº 18.884/20  
Data: 16/08/21  
Hora: 16:37:50



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho 3ª Região - BELO HORIZONTE

Rua Bernardo Guimarães, nº 1.615, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-082 - Fone (31)33046200

2021 - Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

**#Chega de  
Trabalho  
Infantil**

PAJ 000016.2000.03.000/3

**POLO PASSIVO: MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A**

### DESPACHO Nº 190439.2021

Vistos, etc,

A Câmara Municipal de Belo Horizonte indica ao MPT, após audiência pública solicitada pelo sindicato da categoria, que realize reunião com as partes envolvidas no "TAC" 16.2000.

Esclarece-se, de início, não se tratar de TAC, mas de acordo judicial devidamente homologado, possuindo força de coisa julgada, do qual participam várias instituições, dentre elas MPMG, PBH e o próprio sindicato, cuja condução não depende do MPT, que apenas averigua a execução dos termos, comunicando ao juízo na hipótese de inadequação.

Como não foi indicada qualquer irregularidade específica, não vislumbro motivação para requerer reunião em juízo.

Complemento informando que o referido acordo foi feito para atender a uma demanda complexa: por um lado, a irregularidade das contratações daria azo Instauração de inquéritos por improbidade administrativa dos envolvidos, em especial caixas escolares; em segundo, a dispensa em massa, além de ter impacto social indesejado, causaria interrupção nos trabalhos; em terceiro, os trabalhadores então contratados teriam chance de regularizar sua situação mediante tentativa de aprovação pro concurso público. Foi também a engenhosidade do acordo precedida por inúmeras reuniões, das quais participaram, invariavelmente o sindicato da categoria, que entretanto, após firmado o acordo, passou a fazer-lhe oposição. De se acrescentar que todos, senão a imensa maioria, beneficiados por muitos anos de estabilidade, mesmo durante o curso da pandemia COVID-19, e não teria sido diferente, em se considerando a presença deste órgão, o Ministério Público do Trabalho, na tratativa.

Feitos tais esclarecimentos, encaminhe-se cópia do presente ao Gabinete do Procurador Chefe para que, em considerando conveniente, possa deliberar sobre a resposta à correspondência que lhe foi dirigida pela i. Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.

Protocolizado conforme  
Portaria nº 18.884/20  
Data: 16/09/21  
Hora: 16:37:50

BELO HORIZONTE, 10 de agosto de 2021

**ELAINE NORONHA NASSIF**  
PROCURADORA DO TRABALHO



AP

**OF. SMGO/DALE Nº 298/2021**

Belo Horizonte, 09 / 08 / 2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 657/2021** – Vereador Wesley – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.868/21 de 24/06/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 657/2021, de autoria do Vereador Wesley, que solicita informações sobre os contratos existentes entre a Cooperativa de Transportes e Serviços Urbanos e Rurais - COOPERTUR – e a Prefeitura de Belo Horizonte.

Consultadas, a Secretaria Municipal de Fazenda e a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica emitiu resposta por meio do Ofício SMPU/GP-DALE nº 1131/21 e do Ofício FPMZB/GEALE-DALE Nº 100/2021, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Guilherme de Souza Barcelos**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício  
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL





**OFÍCIO INTERNO SUALOG /SMFA/071– 2021**

Belo Horizonte, 13 de julho de 2021

**Ref.: TAG 329509**



Prezado Senhor,

Em relação ao contrato 2019-0027 celebrado entre a Cooperativa de Transportes e Serviços Urbanos e Rurais - COOPERTUR e a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica FPMZB, informamos que não foi formalizado e nem é gerenciado pela SUALOG, ficando prejudicada qualquer informação por esta Subsecretaria.

Já quanto ao Contrato de Serviço Contínuo 2016 - 0028 celebrado entre a Cooperativa de Transportes e Serviços Urbanos e Rurais — COOPERTUR e a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa - SMAGEA, esclarecemos que, a nova licitação está em fase de estudos internos e que, se necessário, será formalizado um termo aditivo de prorrogação do prazo de vigência até a homologação do certame.

Atenciosamente,

***Breno Serôa da Motta***

Subsecretário de Administração de Logística

Ilmo. Sr.

**João Antônio Fleury Teixeira**

Secretário Municipal de Fazenda

Rua Espírito Santo, 605 - 5º andar, Centro

Ofício FPMZB/GEALE-DALE Nº 100/2021

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2021.

Assunto: Ref. Requerimento de Comissão nº 657/2021

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, informo que temos um contrato com a Coopertur, cujo objeto é prestação de serviços de transporte mediante locação de 01 (um) veículo micro-ônibus ou mini-ônibus, conforme classificação e especificações técnicas contidas na Norma ABNT NBR 15570, tipo urbano, de piso baixo, em caráter não eventual, incluindo condutor, manutenção e combustível, para atender demanda do Parque Municipal das Mangabeiras e Parque Serra do Curral.

Com relação à vigência:

Inicial: 27/06/2019 a 26/06/2020

1º TA prorrogação vigência: 27 de junho de 2020 a 26 de junho de 2021

3º TA prorrogação vigência 27 de junho de 2021 a 26 de junho de 2022 (atual, em andamento).

Na oportunidade, relevo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
SÉRGIO AUGUSTO DOMINGUES

Presidente

Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 17/08/2021

Responsável pela distribuição

Ilmo. Sr.

Guilherme de Souza Barcellos

Gerência de Acompanhamento Legislativo - GEALE

Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE - Gabinete do Prefeito